

MODO DE VIDA E IDENTIDADE NO QUILOMBO DE CORDOARIA: entre alterações e continuidades

WAY OF LIFE AND IDENTITY IN THE QUILOMBO OF CORDOARIA: among alterations and continuities

Sandro Araújo de Souza

Geógrafo e Mestrando em Planejamento Ambiental pela UCSal, especialista em Gestão Ambiental pela EEEMBA, especialista em Psicopedagogia pela UNICID, Professor de Geografia do Ensino Médio SEC-BA, membro do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento Sociedade e Natureza.
sandrouza@ gmail.com

Cristina Maria Macêdo de Alencar

Economista, Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ (2003); Professora e pesquisadora do programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social e Mestrado Profissional em Planejamento Ambiental na Universidade Católica do Salvador - UCSal. Líder do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza.
cristina.alencar@pro.ucsal.br

Júlio César Suzuki

Doutor em Geografia Humana (USP, 2002) com pós-doutorado pela Université Paris I – Panthéon-Sorbonne (2007-2008), Université de Pau et des Pays de l'Adour (2014-2015) e Université Rennes 2 (2014-2015). Professor Doutor junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo e pesquisador associado da Biblioteca Brasileira Mindlin. Professor e Orientador do Programa de Pós-graduação em Integração da América Latina (PROLAM) /USP.
juliocesarsuzuki@gmail.com

Resumo

Modo de vida e identidade se definem como fundamentos essenciais da construção social quilombola. Assim, este artigo procura analisar as alterações e continuidades no modo de vida na Comunidade Remanescente Quilombola de Cordoaria, situada no município de Camaçari-BA integrante da Região Metropolitana de Salvador (RMS), em relação com a identidade étnica afirmada por seus sujeitos sociais, nas duas primeiras décadas do século XXI. Para tanto, realizou-se pesquisa qualitativa por meio de revisão bibliográfica, com foco nas categorias modo de vida, identidade e quilombo; coleta das narrativas de vida entre os sujeitos investigados; e interpretação das falas tendo como parâmetro a análise de conteúdo, tomando-se como base os referenciais implicados na narrativa (modo de vida rural e identidade quilombola). Constatou-se que os quilombolas de Cordoaria conformam a manutenção das suas atividades cotidianas no meio rural com os laços de pertencimento ao lugar, absorvendo alterações advindas da sua proximidade e imersão na dinâmica urbano-metropolitana da RMS. Assim, a territorialidade emerge associada à defesa e resgate das tradições locais, fortalecendo os vínculos comunitários pela afirmação da identidade étnica do grupo social, com continuidades do modo de vida rural em interação com o urbano-metropolitano.

Palavras-chave: Tradições Locais. Pertencimento. Quilombos. Ruralidade. Urbano.

Abstract

Way of life and identity are defined as essential elements of the social quilombola construction. That way, this article look for to analyze the alterations and continuities in the way of life in the Comunidade Remanescente Quilombola de Cordoaria, located in the municipality of Camaçari-BA member of the Metropolitan Region of Salvador (MRS), related with the ethnic identity affirmed by their social subjects, in the first two decades of XXI century. Therefore, was realized a qualitative research through literature review, focused on these categories, way of life, identities and quilombos; collection of narratives among the investigated people; speech interpretation having a parameter the content analysis, taking as base the involved references in the narrative (way of rural life and quilombola identity). It was found that the quilombolas from Cordoaria conforman maintenance of their everyday activities in the rural way with improvement ties place, absorbing changes arising from their proximity and immersion in the urban-metropolitan dynamic from (MRS). Thereby, the territoriality emerges associated to defense and rescue from local traditions, strengthening community bonds with the affirmation of ethnic identity from social group, with the continuities of the rural life in the interaction with urban-metropolitan way of life.

Key-words: Local Traditions. Belonging. Quilombos. Rurality. Urban.

Introdução

As comunidades remanescentes quilombolas devido a sua organização social e econômica relacionada à consciência identitária, especialmente a partir Constituição Federal de 1988, Artigo 68, estão classificados na categoria de povos tradicionais. Grupos que assim se definem e manifestam consciência de sua condição, configuram-se enquanto sujeitos sociais com existência coletiva e articulados pelo critério político-organizativo (SCHÖRNER, 2018).

A historiografia no Brasil cristalizou uma concepção de quilombos como apenas redutos isolados e inacessíveis de escravos fugidos (SILVA, 1999). Contudo, a autoidentificação pelas comunidades tradicionais, dentre elas as comunidades negras rurais, possibilitou que fossem analisadas no contexto sociohistórico contemporâneo, em extrema relação com seu modo de vida e sua territorialidade.

Comunidades remanescentes de quilombos se constituíram a partir de processos que incluem além do binômio fuga e resistência de escravos, uma variedade de outras situações, tais como, segundo Schmitt; Turatti e Carvalho (2002), além da formação dos quilombos com base nas fugas com ocupação de terras livres e isoladas, as heranças, as

doações, os recebimento de terras como pagamento de serviços prestados ao Estado, mas, também, os quilombos foram formados pela simples permanência de escravos ou ex-escravos nas terras que ocupavam e cultivavam no interior das grandes propriedades, bem como a compra de terras, tanto durante a vigência do sistema escravocrata quanto após a sua extinção. Portanto, a consciência de pertencimento está orientada para o passado, no qual a história de vida conforma com a criação ou recriação da própria identidade quilombola.

O problema da identidade reside nas diferentes noções que essa categoria carrega. Segundo Queiroz (1989), as noções de identidade étnica, sejam conscientemente construídas (como nas teorias dos cientistas sociais), sejam inconscientemente construídas (como no interior dos grupos étnicos), são sempre armas de defesa. Para a referida autora, essas armas são acionadas sempre que perigos externos ameaçam a coletividade e suas maneiras de ser. Nesse aspecto, os vínculos com o passado da comunidade expressam a força para a formação da sua identidade. Pois, como dito por Bosi (2004), as lembranças do passado podem aparecer como um tônico ou uma letargia, na memória de cada sujeito, dentro do grupo social.

Valendo-se de tais referências, entendemos que a identidade étnica, afirmada no contexto do grupo social, impulsiona seus sujeitos, numa defesa pelas suas referências do passado para enfrentarem os desafios do presente, com perspectivas de melhorias no cotidiano de vida e de trabalho.

Em comunidades negras rurais, as relações entre território e parentesco têm grande importância na afirmação da identidade quilombola. Essas relações, fruto das ações coletivas, recíprocas, de sujeitos sociais, permitem a construção do território, marcado por uma identidade, mas também a identidade produz um território de maneira intimamente imbricada (MALCHER, 2009), numa relação de determinação recíproca, pois, quando os indivíduos estão estruturados a partir de sua pertença a grupos familiares que se relacionam a lugares dentro de um território maior, parentesco e território, juntos, constituem identidade (SCHMITT; TURATI; CARVALHO, 2002).

Assim, na Comunidade de Cordoaria, no bojo de nossa análise, foi necessária a reflexão sobre a definição das práticas quilombolas cotidianas de trabalho, vida familiar, consumo e lazer pelo compartilhamento de um território e de uma identidade em comum, afirmando um modo de vida, tratado, aqui, de acordo com a compreensão de Braga, Fiuza

e Remoaldo (2017), como o conjunto dos parâmetros culturais estabelecidos face ao meio social em que se vive, referentes às práticas cotidianas individuais ou coletivas e que são subsidiadas por uma cultura e uma ética. Nessa concepção defendida pelas ciências sociais, entendemos que o modo de vida de uma comunidade envolve o conjunto das relações entre indivíduos construindo o desenho da sua vida cotidiana. Ainda, para Braga, Fiuza e Remoaldo (2017), o conjunto dessas relações deve ser discutido em associação com o grau de consciência dos sujeitos sociais sobre a condução dos seus destinos, individuais ou coletivos.

Por toda essa complexidade que constitui o modo de vida e a identidade nas comunidades remanescentes quilombolas, torna-se importante a análise das origens das terras pertencentes aos seus sujeitos de direito, bem como a compreensão do processo histórico de construção de seus territórios. Mediante o exposto, toma-se como referência a realidade social do Quilombo de Cordoaria sob a ótica da territorialidade, utilizando a noção trazida por Silva (2011), quando afirma que territorializar-se significa estabelecer determinado modo de vida em um espaço para estabelecer as condições de continuidade da reprodução material e simbólica deste modo de vida. Assim, analisou-se, entre os moradores de Cordoaria, como em sua trajetória histórica, foram criadas estratégias a fim de perpetuarem sua descendência na terra frente a fenômenos adversos, cuja consciência do grupo social condiz com a afirmação de uma identidade quilombola, em que:

A definição de si (autodefinição) e a definição dos outros (identidade atribuída) têm funções conhecidas: a defesa da unidade do grupo, a proteção do território contra inimigos externos, as manipulações ideológicas por interesses econômicos, políticos, psicológicos, etc. (MUNANGA, 1996. p. 17).

Nesse sentido, as discussões quanto à identidade e do modo de vida dos quilombolas de Cordoaria são problematizadas no contexto teórico da territorialidade na relação rural-urbana, tendo em vista sua proximidade com a metrópole de Salvador, além da ascendência africana como elo fundamental, conforme nos pondera Munanga (2005, 2006). Assim, tomou-se como referência o pensamento de Raffestin (1993), para quem o território se forma a partir do espaço, sendo o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa em qualquer nível, permitindo que esse ator territorialize o espaço quando realiza sua apropriação de forma concreta ou abstrata.

Tal compreensão é corroborada, com termos bastante distintos, por Saquet (2007), quando anuncia que as territorialidades se configuram a partir da vida cotidiana que refletem o conteúdo das relações sociais de poder e dominação que procedem do território.

Portanto, em comunidades remanescentes quilombolas, como no caso de Cordoaria, a forma como se estabeleceram nos territórios e expressaram suas territorialidades reflete sua trajetória histórica: seus mortos estão enterrados naquele espaço, onde plantam suas roças e pomares, construíram lugares sagrados e se relacionam entre si e com a natureza.

Assim, procuramos analisar as alterações e continuidades no modo de vida na Comunidade Remanescente Quilombola de Cordoaria, situada no município de Camaçari-BA integrante da Região Metropolitana de Salvador (RMS), em relação com a identidade étnica afirmada por seus sujeitos sociais, nessas duas primeiras décadas do século XXI.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo com realização de levantamento bibliográfico em bases de dados Portal de Periódicos da Capes e Google Acadêmico, com seleção das fontes secundárias em artigos e documentos atualizados sobre o tema, com foco nas categorias modo de vida, identidade e quilombo. Em seguida procedeu-se ao trabalho de campo e realização de entrevistas com aplicação de roteiros semiestruturados, seguindo os ensinamentos de Bosi (1987, 2004) e Queiroz (1988, 1991) e registro fotográfico, utilizando-se o ponto de saturação para determinar um total de 48 entrevistados. O método consiste em qualificar vínculos entre identidade quilombola e modo de vida rural, por meio da sistematização dos relatos coletados em uma matriz de interação, como também interpretá-los tendo como parâmetro a análise de conteúdo, tomando-se como base os referenciais implicados na narrativa (modo de vida rural e identidade quilombola).

Nosso foco estava, inicialmente, na identificação de elementos relacionais entre a afirmação da identidade quilombola pelos moradores de Cordoaria e os de continuidade do modo de vida rural ou de alterações nas formas de trabalho e cotidiano da comunidade por atração e influência do urbano, particularmente o metropolitano. Em seguida, buscou-se a descrição da emergência da afirmação da identidade quilombola em coexistência com elementos de tensão rural/urbana., a territorialidade é aspecto primordial para a

compreensão dos laços comunitários que fundamentam as relações materiais e simbólicas desses sujeitos sociais, pois, como bem colocado por Malcher (2009), nessas comunidades, a terra (território) torna-se um valor de vida, um espaço de relações vividas fruto da memória e da experiência pessoal e compartilhada, não se constituindo apenas como extensão territorial. Assim, o território é mediação fundamental para a compreensão da reprodução social, já que marcado pelas práticas sociais materiais e imateriais dos sujeitos, o que nos permite avançar na discussão da dinâmica rural do Quilombo de Cordoaria.

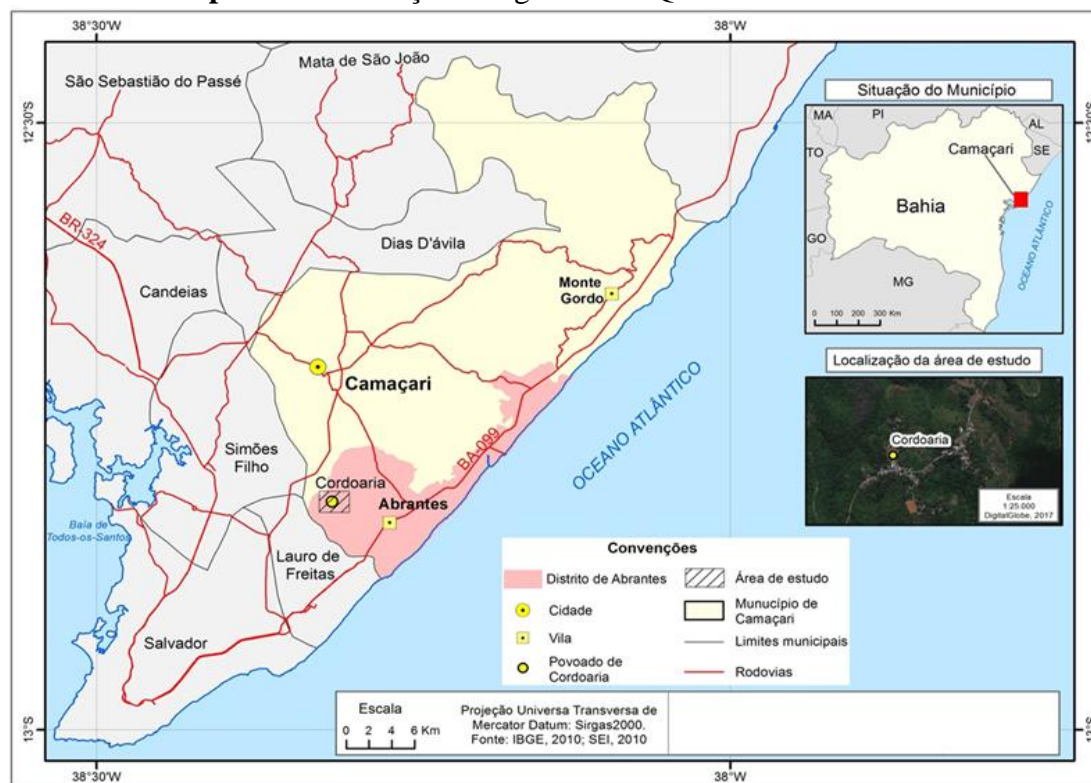
A Dinâmica Rural do Quilombo de Cordoaria

A Cordoaria é uma Comunidade Remanescente de Quilombo, formada por negros libertos que ocuparam e administraram terras doadas ou adquiridas de particulares, pelo pagamento de serviços prestados. Apesar da inexistência de registros históricos sobre a origem do povoado, relatos orais dos moradores mais antigos indicam uma ocupação iniciada em fins do século XIX.

Segundo Borges (2005), o povoamento iniciou-se com a chegada das primeiras famílias, os Reis e os Santana, supostos trabalhadores da lavoura canavieira, que receberam a permissão dos antigos proprietários para exploração e usufruto da terra. A comunidade de Cordoaria ocupa e constitui um pequeno povoado rural de mesmo nome, localizada no distrito de Vila de Abrantes, administrado politicamente pelo município de Camaçari, com coordenadas médias de 12°48'43'' latitude Sul e de 38°18'51'' longitude Oeste, conforme o mapa 1. A comunidade distancia-se cerca de 16 Km da sede do município e a 5 Km da Estrada do Coco (BA 099), no Litoral Norte do estado da Bahia.

Com aproximadamente 260 anos de formação, o quilombo foi reconhecido pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2005, tendo registro no Livro de Cadastro Geral nº 001 Art. 1º e certificação Livro 005, registro 437, folha 45 (FCP, Portaria nº 2, de 17 de janeiro de 2006).

Mapa 1 – Localização Geográfica do Quilombo de Cordoaria



Fonte: SEI (2010); Org.: Autor (2019).

O Quilombo de Cordoaria está integrado à Região Metropolitana de Salvador–RMS e situado em bioma da Mata Atlântica, numa Área de Proteção Ambiental dos Rios Joanes e Ipitanga (APA Joanes-Ipitanga), sendo que a comunidade rural é formada por aproximadamente 1.200 moradores, distribuídos por cerca de 300 famílias.

Da proximidade em relação a Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas e Simões Filho, as quatro maiores aglomerações urbanas da RMS, resulta sua imersão no modelo de desenvolvimento, em que o padrão de vida urbano sobrepõe de maneira crescente o modo de vida rural tradicional.

Na Cordoaria, a construção histórica do território conforme seus laços identitários, culturais, políticos e econômicos, atribui-lhe caráter de comunidade rural tradicional. Ainda assim, a partir da década de 1970, o crescimento da industrialização no município de Camaçari e o incremento do setor de turismo no seu Litoral acarretaram significativa interferência nos antigos povoados rurais da região, base do modo de vida presente entre os quilombolas de Cordoaria, que sofrem os efeitos do fenômeno de expansão e especulação imobiliária, devido ao incremento no setor de turismo, com construção de hotéis, resorts e segundas residências, na praia e no campo, no Litoral Norte da Bahia.

Por conseguinte, as influências e pressões da modernidade acentuam o desenvolvimento desigual, alterando as dinâmicas cotidianas dos quilombolas.

É necessário frisar que os quilombolas da Cordoaria estão inseridos em ambiente metropolitano, no entanto ainda sobrevivem, em maior parcela, da agricultura familiar, especialmente do cultivo e do beneficiamento da mandioca. Daí emergir a coexistência tensionada do rural-urbano no cotidiano da comunidade. Nesse contexto, os quilombolas encontram-se pressionados perante os novos arranjos territoriais, econômicos e ambientais presentes na RMS desde a década de 1970.

Esses sujeitos sociais, os quilombolas de Cordoaria, sofrem os efeitos do avanço dos processos de industrialização, expansão das manchas urbanas e de incremento do setor de turismo no Litoral Norte da Bahia. Tais fatores têm gerado a migração dos habitantes nativos para os centros urbanos próximos, para o trabalho assalariado, bem como a chegada de inovações próprias da economia de mercado, alterando profundamente as relações locais, numa dinâmica marcada pela ruralidade metropolitana:

A dinâmica metropolitana na RMS radicaliza a intensidade da condição urbana de aglomeração como evidência empírica e inspira a formulação da noção *ruralidade metropolitana* como recurso interpretativo à medida que dá elementos para requalificar o rural a partir das demandas das metrópoles e das questões ambientais. Trata-se de uma noção que resulta da reflexão sobre o rural vivenciado na relação com o urbano metropolitano, tomando-se a escala regional como unidade de referência. (ALENCAR, 2007, p. 114).

Nesse contexto, a garantia da continuidade do modo de vida rural no Quilombo de Cordoaria e sua permanência enquanto grupo, só é possível por meio da reafirmação constante de seus indivíduos e dos indivíduos entre si, pelas experiências vividas e versões compartilhadas em sua trajetória comum e na relação interpessoal com o(s) outro(s). No modo de vida rural contemporâneo da Comunidade de Cordoaria, a busca por mecanismos de autoidentificação e garantias sociais está institucionalmente organizada e representada, desde os anos de 1970, por meio da Associação Beneficente Nossa Senhora de Cordoaria (Associação de Moradores). Assim representada, a comunidade passa a empreender resistências pela manutenção do território e do modo de vida tradicional, procurando adaptar-se a nova dinâmica socioeconômica e espacial, cujo sentido é orientado por agentes promotores da sociedade de mercado.

Até os anos 1980, a Associação de Moradores concentrou suas ações no intuito de melhorar a infraestrutura do povoado. Tais iniciativas estiveram mais voltadas para atração de iniciativas públicas, especialmente no âmbito municipal, que pudessem gerar benefícios, como pavimentação de estradas, construção de escola, implantação de rede elétrica, ampliação do sistema de comunicação, extensão do transporte escolar, dentre outras. Já a partir dos anos 1990, a Associação de Moradores de Cordoaria passou a empreender ações mais amplas, sobretudo no âmbito da Constituição Federal de 1988, com a finalidade de buscar junto ao instrumental jurídico nacional, os direitos referentes aos remanescentes dos quilombos e os deveres do Estado para com essas populações, agora no intuito de melhorar a qualidade de vida dessa população.

Na realidade da comunidade de Cordoaria, essa relação tensionada entre as externalidades advindas da sua inserção na RMS e as tentativas de manutenção do seu cotidiano rural é bastante perceptível, como afirma um morador que trabalha na sede do distrito, em Vila de Abrantes: “Eu resolvi sair daqui (da roça), pois o trabalho era muito difícil. Fui morar em Camaçari depois em Vila de Abrantes, procurar um trabalho melhor, que não precise ficar dia e noite, debaixo de sol e chuva. Não pretendo mais voltar pra roça, só para passear. Passar fins de semana”. (Ex-morador em visita à família. Entrevista, 26 de outubro de 2018).

O fio condutor dessa relação tensionada ao mesmo tempo tece e limita a intensidade da coexistência, na qual é possível perceber a influência das externalidades da modernidade urbano-industrial em interação com a realidade rural, da comunidade de Cordoaria. Condições expressas no relato de uma estudante, moradora do quilombo: “Aqui é um lugar tranquilo. Poucos lugares são assim, é bom para passar um final de semana, para relaxar. Mas, para continuar morando é muito trabalhoso”. (Entrevista, outubro 2018).

Mediante tais relatos, a modernidade vem demonstrar que, na Comunidade de Cordoaria, apesar da busca e autoidentificação como comunidade quilombola, o cotidiano apresenta indicativos de interferências econômicas e culturais com a ideologia de mercado dominante, capitalista e neoliberal. É nesse contexto que a ruralidade marcante da comunidade de Cordoaria se reconfigura, passando a ser espaço de interação em complementaridade e continuidade do urbano. Segundo Alencar (2011), esse rural coexiste subalternizado ao desenvolvimento urbano/industrial/metropolitano,

reconfigurando-se como ruralidade metropolitana. Tal reconfiguração denota que a comunidade de Cordoaria, contemporaneamente, experimenta modificações que tanto aproximam da identificação como remanescente quilombola, quanto pode incorporar novos elementos na dinâmica da construção identitária, ainda que guarde a continuidade com sua história e seu modo de vida.

No quilombo de Cordoaria, as marcas dessa coexistência tensionada tornam-se cada vez mais comuns, dada sua proximidade com as aglomerações urbanas da região, há apenas 5 km da Estrada do Coco (BA 099), principal eixo de ligação entre a capital Salvador e o Litoral Norte da Bahia, grande polo turístico do estado, bem como a Estrada da Cascalheira (BA 522) ou da Via Parafuso (BA 535), a 19 km, pela qual se conecta a sede do município, onde se encontra o maior polo de indústrias do Norte e Nordeste do país – Complexo Petroquímico de Camaçari. Aliado a esses primeiros fatores, também ocorre uma expansão acelerada da construção civil, rumo a essa região do Litoral Norte da Bahia, seja pela atratividade turística e paisagística das belas praias, como também pela especulação imobiliária sobre as áreas com características de ruralidade. Essas áreas litorâneas vêm sendo apropriadas pelo capital imobiliário, desde a década de 1980, para implantação de infraestruturas hoteleiras, residenciais de alto-padrão, casa de veraneio, shopping centers, clubes e redes de comércio e lazer variados, o que possibilita a identificação de que o modo de vida rural no quilombo de Cordoaria encontra-se em estado de reconfiguração social e espacial.

Segundo Alencar (2011), esse rural se configura em plena interação com o mundo urbano, que transborda seu ritmo para um espaço geográfico e social cujo ritmo é dado pela natureza em suas atividades tradicionais e sua sociabilidade. Ou ainda para Alencar (2007), o rural e o urbano coexistem sob tensão em atividades produtivas, expressões culturais e valores societários advindos dos modos de viver. Nesse sentido, a Cordoaria, enquanto espaço rural marcado pela experiência particular, relativa à sua configuração histórica, material e cultural, em um contexto de comunidade remanescente quilombola, encontra-se cada vez mais atrelada ao modo de vida urbano-industrial, em que a subordinação ao urbano desdobra-se em descaracterização das qualidades do rural, enquanto espaço produtivo.

Sob tal perspectiva, torna-se necessário salientar que as assimetrias sociais entre as populações rurais e urbanas têm levado à necessidade das comunidades quilombolas estarem atreladas ao desenvolvimento urbano-industrial para acessarem serviços e infraestrutura básica, os quais não se encontram disponíveis localmente (saúde, educação, comércio, logística, dentre outros). Como nos afirma Suzuki (2013), o patrimônio cultural das sociedades tradicionais, em muitos casos fragmentados pelas inúmeras perdas que o grupo social vivenciou, requer cuidados por parte do Estado, o que é corroborado por Alencar (2007), ao afirmar que, sob a égide do capitalismo contemporâneo, a condição de rural e de urbano configura um padrão de desenvolvimento desigual em coexistência tensionada pela diversidade de modos de vida em relação com a natureza.

É preciso reafirmar que as comunidades quilombolas carecem de uma leitura mais crítica e complexa em relação às suas formas de organização, de acordo com determinações de época, região e mecanismos de sobrevivência, que as diferenciem e especifiquem. No caso das comunidades negras rurais, conforme Silva (2011), o processo de posse da área que hoje habitam é elemento que as particulariza, tornando-se fundamental para entendê-las como grupo, bem como para compreender suas estratégias de preservação no espaço. Portanto, é no papel de ocupante de um território que o grupo se reproduz cultural, política e simbolicamente como organização distinta no meio rural, o que conduz para a necessidade de um olhar mais apurado frente às comunidades tradicionais, especialmente que vivem em ambiente rural, de certo que:

[...] tendo em vista que tais grupos vivem situações de subalternidade social que não lhes permite, na grande maioria das ocasiões, reproduzir suas relações sociais, seu modo de vida e sua cultura. [...] De qualquer modo, é necessário que as sociedades tradicionais se armem da memória como instrumento de delineamento das possibilidades de caminhos a serem seguidos. (SUZUKI, 2013, p. 638).

No caso da comunidade de Cordoaria, registram-se várias características desses sujeitos rurais imersos em ambiente metropolitano. Um espaço onde se percebem abertos precedentes para o estabelecimento de padrões de vida e consumo, desencadeadores de conflitos socioambientais, políticos e econômicos, marcados pela existência de tensões rural-urbanas. Segundo Alencar (2010), essas tensões ocorrem onde os atributos de ruralidade metropolitana estão marcados por disputas originadas em espaços dinamizados

por intensa urbanização globalizada, pelo uso rural ou urbano da natureza em eventos ocorridos numa economia capitalista.

Portanto, na condição de comunidade tradicional, o remanescente quilombola de Cordoaria identifica essa aproximação com a modernidade do mundo urbano-industrial sem muitos instrumentos para impedir sua chegada. E mais que isso, apesar de possuir rico patrimônio territorial, essa comunidade rural do município de Camaçari-BA, encontra-se em grande parte invisibilizada pelo Estado, pelas autoridades e pelos órgãos oficiais.

É necessário reconhecê-la na subjetividade da sua ancestralidade negra rural, valorizando sua trajetória histórica de resistência à opressão, culto e costumes para garantir a sua autodefinição, assim como, entendê-la na sua condição e reconfiguração de ruralidade metropolitana. Não obstante, é necessário avaliar o seu processo de reconhecimento e autoidentificação sob outros parâmetros, distintos dos frequentemente utilizados, cuja base é ainda uma compreensão limitada da diversidade social dos quilombos brasileiros, a fim de evitar estagnações das conquistas e, até mesmo, expropriações.

Desde os anos 2000, ocorreram muitos avanços no quadro da realidade de grande parte das comunidades quilombolas no Brasil, mesmo que as políticas públicas voltadas aos seus direitos não tenham se efetivado de maneira satisfatória. Ainda assim, permanece a necessidade de melhorias, já que existem dificuldades na administração e operacionalização dessas mesmas políticas, muitas vezes resultando num desigual crescimento para com algumas comunidades ou a estagnação das conquistas em outras. Boa parte dessas comunidades quilombolas reside no meio rural, vivendo de atividades agrícolas e não-agrícolas, que são parte significativa da ruralidade, cuja interpretação torna-se bastante complexa ao considerar dimensões subjetivas. Nesse sentido, Alencar (2007) considera que a ruralidade deve ser interpretada a partir da produção material da vida de homens e mulheres, seres concretos que têm identidade, que trabalham e pensam, apesar dos constrangimentos impostos pela necessidade de sobrevivência.

Modo de Vida e Identidade na Comunidade Quilombola de Cordoaria

Os quilombolas de Cordoaria sustentam seus referenciais identitários frente à modernidade e interação tensionada com o urbano metropolitano. Assim, são colocados em situação de (re)afirmação das relações com a terra, o território, a ancestralidade, os laços de pertencimento e o parentesco, e também, com as tradições e suas práticas culturais. Para interpretar essa dinâmica, as percepções dos moradores foram coletadas através das entrevistas e sistematizadas em uma matriz de interação, conforme o Quadro 1, considerando-se as dimensões predominantes e variáveis pré-estabelecidas a partir das características identificadas por Diegues (2004) para a diversidade social em sociedades tradicionais não indígenas no Brasil.

Quadro 1: Indicadores de Identidade e Modo de Vida no Quilombo de Cordoaria. Quanto à Natureza: (+) Positiva ou (-) Negativa. Quanto à Magnitude: (1) Baixa; (2) Média e (3) Alta.

Dimensões e variáveis indicativas de identidade e modo de vida na Comunidade de Cordoaria: Camaçari-BA.			
Dimensões Predominantes	Variáveis Independentes	Determinantes	Indicadores
Demográficas	Densidade e Pressão Populacional	Especulação Imobiliária no entorno	-3
	Movimentos Populacionais	Deslocamentos Campo-Cidade	-3
	Moradia e Ocupação do Território	Unidade Familiar ou Comunal	+3
Econômicas	Infraestruturas Básicas	Saúde, Educação, Transporte, Energia...	-3
	Posse do Território	Reprodução Econômica e Social do Grupo	-2
	Atividades Produtivas	Agricultura Familiar	+3
Culturais	Pertencimento Cultural	Influência de Culturas Externas	-2
	Organização Política	Associações Comunitárias	+3
	Vivências Comunitárias	Sensação de Segurança e Bem-Estar	+3
	Ritos e Crenças	Influências Religiosas	-3
Ambientais	Conhecimento dos Ciclos Naturais	Uso Sustentável dos Recursos	+3
	Relação com o Ambiente Natural	Dependência/Simbiose com a Natureza	+2
	Uso dos Recursos Naturais	Uso de Tecnologias Simples	+3
	Condições do Ecossistema	Poluição e Disponibilidade da água	-3

Fonte: Relatos de moradores na Comunidade de Cordoaria (2018/2019).

Org.: Autor

Na matriz de interação, o cotidiano da comunidade é utilizado como o elemento-chave para traçar um quadro comparativo qualificador do grau de importância atribuído ao rural e ao urbano nas suas narrativas. Assim, em maior intensidade, como

determinantes para indicativas de afirmação identitária quilombola e continuidade do modo de vida rural, com natureza positiva (+) e de magnitude alta (3), sobressaem as seguintes impressões dos moradores de Cordoaria:

- i. Residência em unidade familiar e comunal: para a dimensão demográfica, na variável moradia e ocupação do solo;
- ii. Trabalho na agricultura familiar: para a dimensão econômica, na variável atividade produtiva;
- iii. Associativismo comunitário junto à sensação de segurança e bem-estar: para a dimensão cultural, dentro das variáveis, organização política e vivências comunitárias, respectivamente.
- iv. Uso sustentável dos recursos, junto ao uso de tecnologias simples: para a dimensão ambiental, dentro das variáveis, conhecimento dos ciclos naturais e uso de recursos naturais, respectivamente.

Em outro sentido aparecem nos relatos dos moradores, a natureza negativa (-) e de magnitude alta (3), as seguintes determinantes de afirmação identitária quilombola e continuidade do modo de vida rural.

- i. Especulação imobiliária do entorno e deslocamentos Campo-Cidade: para a dimensão demográfica, nas variáveis densidade/pressão e movimento populacional.
- ii. Saúde, Educação, Transporte, Energia, Água e Saneamento: para a dimensão econômica, na variável infraestrutura básica.
- iii. Influências Religiosas: para a dimensão cultural, nas variáveis ritos e crenças.
- iv. Condição do Ecossistema: para a dimensão ambiental, na variável poluição e disponibilidade da água.

Dentre as determinantes positivas, identificou-se, entre os moradores mais velhos de Cordoaria, uma percepção de valorização das formas de trabalho agrícolas e tradicionais, principalmente quanto à importância de manter preservada a produção local da mandioca e seu beneficiamento. Estes moradores consideram a reforma e o reequipamento da antiga casa de farinha comunitária como fundamental para manter a tradição dos quilombolas. Nesse caso, é preciso manter vivas as lembranças ligadas aos fazeres e viveres ancestrais de plantio, colheita e beneficiamento da mandioca, que envolvem ritos e costumes peculiares, como as cantigas e o samba-de-roda. Quanto a tal importância, duas lideranças da comunidade afirmam:

“A farinha produzida aqui é consumida desde que me conheço por menino, nossa comunidade vive desde seu princípio da agricultura familiar e da feitura da farinha. Aprendi a fazer farinha com meu avô, que já fazia isso há mais de cem anos. Antes era tudo na força do braço, com tachos e gamelas de madeira, trabalho pesado fez muita gente largar de fazer farinha. Hoje, têm as máquinas, mas a farinha daqui tem tradição, da qualidade de mandioca que temos.” (Sr. Firmino Francisco de Matos, 107 anos. Entrevista. 26 de março de 2019).

“Eu beneficio mandioca para fazer beiju, pamonha e bolo de carimã, tudo é produzido com matéria-prima vinda da plantação familiar. Aprendi tudo com minha mãe, vendo meus produtos semanalmente na feira livre de Vila de Abrantes e Camaçari, com as venda eu consigo criar meus filhos.” (Luzinete Santos, 38 anos. Entrevista, 26 março de 2019).

A partir da atuação da Associação de Moradores e, mais recentemente desde 2015, do Grupo de Apoio e Assistência ao Quilombo de Cordoaria (GAAQC), a comunidade tem buscado dialogar com o poder público para conseguir algumas conquistas para a comunidade, a exemplo de inserir as famílias nos programas sociais voltados para esse público específico, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Brasil Quilombola, Bolsa Família, dentre outros direitos referentes às comunidades tradicionais, particularmente quilombola. Mas, segundo relatos da maioria dos interlocutores entrevistados, após a emissão de certificação pela Fundação Cultural Palmares, esses benefícios, quando alcançados, chegam num volume e ritmo bem mais lento que o esperado e o necessário.

No sentido dos direitos e garantias previstos na lei, a regularização fundiária está entre as principais lutas dos quilombolas de Cordoaria. Desde a certificação da Fundação Cultural Palmares, em 2006, a comunidade aguardava pelo processo de regularização fundiária, que só teve início por meio do Processo 54160.003428/2011-61 no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A partir de 2012, o INCRA passou a construir o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) na comunidade para seu reconhecimento como Quilombo. A expectativa é de que a partir do documento, o INCRA dê início ao estudo de agrimensura, necessário para se mapear os tipos de cultivo, bem como à pesquisa antropológica para identificar a origem e a história dos moradores de Cordoaria. Ainda em fase inicial, paralisado no INCRA desde 2012, o processo de regularização fundiária é considerado um direito importante para os quilombolas, conforme depoimentos:

“Meu pai, foi um dos moradores mais antigos do quilombo. Ele criou a família com o rendimento da agricultura familiar. A titulação da terra é importante para todos nós, seus descendentes, dar continuidade ao trabalho deixado por ele.” (Eduardo Reis, 56 anos. Entrevista, 16 de setembro de 2018)

“A gente sempre sobreviveu da agricultura familiar. É importante valorizar nossa origem e buscar o reconhecimento e legalização das terras quilombolas.” (Tereza Santos, 47 anos. Entrevista, 16 setembro 2018).

Em grande parte das comunidades quilombolas no Brasil, desde os anos 2000, ocorreram muitos avanços sociais e produtivos, mesmo que as políticas públicas voltadas aos seus direitos não tenham se efetivado de maneira satisfatória. Esse é o caso também dos Quilombolas de Cordoaria. Ainda assim, permanece a necessidade de melhorias, já que existem dificuldades na administração e operacionalização das políticas de assistência social e de extensão rural, muitas vezes resultando num desigual crescimento para com algumas comunidades ou a estagnação das conquistas em outras. Boa parte dessas comunidades quilombolas reside no meio rural, vivendo de atividades agrícolas e não agrícolas, que são parte significativa da ruralidade, cuja interpretação torna-se bastante complexa ao considerar dimensões subjetivas. Nesse sentido, Alencar (2007) considera que a ruralidade deve ser interpretada a partir da produção material da vida dos seres humanos, homens e mulheres, seres concretos que têm identidade, que trabalham e pensam, apesar dos constrangimentos impostos pela necessidade de sobrevivência.

Nesse contexto, a garantia da continuidade das comunidades quilombolas, enquanto grupo, só é possível por meio da reafirmação constante de seus indivíduos e dos indivíduos entre si, por meio das experiências vividas e versões compartilhadas em sua trajetória comum e na relação interpessoal com o(s) outro(s), principalmente naquilo que tange ao seu modo de vida rural contemporâneo.

Para Alencar (2011), o rural e o urbano coexistem sob tensão em atividades produtivas, expressões culturais e valores societários advindos dos modos de viver. Na realidade da comunidade de Cordoaria, essa relação tensionada entre as externalidades advindas da sua inserção na RMS e as tentativas de manutenção do seu cotidiano rural é bastante perceptível, como afirma um morador que trabalha na sede do distrito, em Vila de Abrantes: “Tempos atrás, de minha mãe, do meu pai, o pessoal vivia muito de roça. Mas hoje, depois que aqui virou quilombo, muita coisa melhorou, muita gente que saiu,

hoje voltou, mas trabalham fora: de indústria, de comércio, casa de família.” (Sr. Crispim Santos. Entrevista, 13 de outubro de 2018).

A luta pela terra é, seguramente, um dos indicadores universais de legitimidade da condição de comunidade tradicional (SCHÖRNER, 2018; ALMEIDA, 2008; DIEGUES, 2008). No caso da Cordoaria, conforme a imagem 1, as atividades ligadas à pequena agricultura em regime de policultivos e beneficiamento da mandioca são a base da estrutura produtiva na comunidade. Não obstante, a regularização da escritura da terra é um elemento fundamental aos quilombolas, sendo considerado como um fator importante para fortalecer o fluxo de capital e geração emprego local, necessário para reforçar a estrutura produtiva, como viabilizar o acesso à assistência técnica, ao crédito rural, ao suporte previdenciário e a outros instrumentos da política agrícola específica para os remanescentes de quilombo, além de alavancar possibilidades para desenvolvimento e movimentação da economia local, fomentando projetos de base comunitária como o turismo cultural e ecológico.

Figura 1: Estrutura Produtiva no Quilombo de Cordoaria.



Esquerda; roça tradicional em regime de agrofloresta. Direita; beneficiamento da mandioca na Casa de Farinha Comunitária. Direita.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2018/2019.

Dentre as determinantes que se configuraram como negativas verifica-se que o sistema de saúde prestado pela prefeitura à população é precário. Para conseguir atendimento médico hospitalar, os moradores necessitam se deslocar para a sede do Distrito em Vila de Abrantes ou para a sede municipal em Camaçari. No primeiro caso, apesar do deslocamento dentro do distrito ser mais próximo, o atendimento é precário, com infraestrutura muito incipiente. A inexistência de sistema de abastecimento de água tratada e encanada é outra grande dificuldade enfrentada pelos moradores da Cordoaria; um problema antigo que segue sem definição. Nesse caso, existe um estudo realizado pela

Companhia de Engenharia Hídrica e de Saneamento da Bahia (CERB) para instalação de um sistema de captação e bombeamento para uma caixa d'água na parte alta do povoado.

No entanto, de acordo com relatos da comunidade, não existe resposta da CERB quanto ao local para instalação do sistema, como também inexistem projetos da Empresa Baiana de Águas e Saneamento (EMBASA) previstos para a comunidade de Cordoaria. Assim, torna-se possível apreender que Cordoaria chega ao século XXI caracteristicamente marcada como um povoamento rural, interligado à Estrada do Coco e Camaçari via estradas pavimentadas, contando com serviços de iluminação pública, escola de ensino fundamental, sistema de transporte e telecomunicações, via rádio, televisão e internet. Mas, apesar da modernidade típica da sua condição de ruralidade metropolitana, continua com problemas comuns de comunidades que vivem distantes dos centros urbanos e sem a atenção do Estado.

A autonomia relativa e até a relação estreita com os recursos da natureza que caracterizam comunidades tradicionais, como a de Cordoaria, também se apresenta tensionada e ameaçada. De um lado, existe a especulação imobiliária, acompanhada por acelerado processo de transformação da paisagem natural nos entornos do quilombo; de outro, o rio Joanes, importante recurso natural para a comunidade, por atravessar áreas urbanas onde recebe despejo de esgotos sem tratamento, principalmente no município de Camaçari, conforme imagem 2, chega ao território do Quilombo de Cordoaria em avançado estágio de poluição. A degradação do rio Joanes é motivo de preocupação para a comunidade, já que a poluição tem reduzido as condições da pesca artesanal para uma parcela dos seus moradores, retirando-lhes a possibilidade de renda e alimentação por este meio, sendo que tal atividade é considerada como complementação da reprodução material, juntamente com produtos oriundos das roças e quintais, cujos excedentes são vendidos nas feiras livres.

Imagem 2: Impactos socioambientais no rio Joanes.

Leito do rio coberto pela proliferação de algas e baronessas, um indicativo do elevado nível de poluição.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Entre os anos de 2015 e 2016, os quilombolas de Cordoaria tiveram de organizar um movimento de enfrentamento político, para defenderem o seu principal acesso viário até a Estrada do Coco (BA 099). A estrada de Cordoaria estava ameaçada de ser fechada à passagem dos moradores dos quilombos, para construção das guaritas de segurança que dão acesso a condomínios de alto padrão que estão expandindo a sua área de venda de terrenos nesta região. No enfrentamento desse problema, os quilombolas de Cordoaria valeram-se da luta popular e conseguiram, perante o governo municipal, a manutenção da acessibilidade, além da pavimentação e iluminação da sua principal via de comunicação. Segundo o Sr. Firmino Francisco de Matos, morador mais antigo da comunidade, com 107 anos de idade, os próprios quilombolas abriram essa estrada usando um besouro (trator), há mais de cinquenta anos, para o escoamento da grande produção de mandioca que era realizada naquele período. Na opinião do Sr. Eduardo dos Reis, a construção desses condomínios, na área de acesso ao quilombo, altera a paisagem local, como também, provoca o aterramento de várias fontes de água, diminuindo a ocorrência de terras mais úmidas nesta região.

Apesar da pavimentação e iluminação da estrada, o deslocamento ainda permanece precário e deficiente, pois a comunidade conta apenas com três horários de transporte público, durante todo o dia, integrando Vila de Abrantes/Cordoaria/Camaçari, com a última viagem saindo da sede de Camaçari às 20h. A deficiência no sistema de transporte é uma das principais causas para a não continuidade dos estudos entre a maioria dos jovens de Cordoaria. Disso resulta significativa migração dessa camada da população, dificultando a continuidade das tradições rurais, já que aqueles que poderiam mantê-las

se deslocam para centros urbanos e passam e se inserir em atividades não rurais, sendo bastante influenciados por padrões de reprodução material e imaterial distantes dos de sua origem ancestral, processo semelhante ao que fora analisado por Suzuki e Martins (2015) com foco, nas comunidades quilombolas do Mandira e da Poça, no Vale do Ribeira de Iguape, no estado de São Paulo. Mesmo quando retornam, já não desenvolvem mais as atividades do cotidiano rural por conta das novas mediações que estabeleceram com o mundo urbano-industrial. Estas situações de dificuldade de permanência na comunidade pelos jovens podem ser percebidas nos seguintes relatos:

“Nasci e vivo aqui na Cordoaria. Já passei um tempo fora, pois considero que a vida e o trabalho na roça são difíceis. Voltei para tomar conta de minha mãe. A gente planta e tira um pouco de tudo da terra, que a família já vende há trinta anos na feira de Camaçari. É quilombola, é importante, tem muita história dos antepassados da gente. Acho aqui tranquilo, é bom pra morar, no contato com a natureza, mas tem muita dificuldade de água e posto de saúde”. (Márcia do Espírito Santo, 30 anos. Entrevista, 27 de março de 2019).

“Eu me considero quilombola, por que sou da Cordoaria, sou da família de negros. Mas tem dificuldade de locomoção para estudar, trabalhar, não tem transporte. O trabalho é mais agrícola, pretendo ter uma casa aqui, tem paz, é positivo, não tem violência, mas trabalhar e estudar fora.” (Fabrício Freitas dos Santos, 17 anos. Entrevista, 26 outubro de 2018).

Assim, a busca pelo resgate e fortalecimento da sua identidade ancestral quilombola constitui-se também numa dificuldade a ser enfrentada. Atualmente, a Associação de Moradores Nossa Senhora Santana da Cordoaria e o Grupo de Ação e Assistência ao Quilombo de Cordoaria – GAAQC encontram-se na luta pela defesa do patrimônio cultural da comunidade. Apesar disso, enfrentam barreiras quanto ao apoio oficial. Essas entidades, por meio de iniciativas próprias, tentam identificar e mapear sítios arqueológicos e manter viva a história oral e suas manifestações. Os moradores da Cordoaria estão vendo suas tradições desaparecerem gradualmente, a exemplo da festa em louvor à padroeira da comunidade, Nossa Senhora de Santana, que se tornou muito menos significativa que outrora com o passar dos anos.

A Capela de Nossa Senhora de Santana foi construída em terreno onde funcionou, até a década de 1970, o único terreiro de candomblé do povoado. Com a morte da Mãe Gertrudes (zeladora de santo), o terreiro foi doado, por familiares, para a Paróquia de Vila de Abrantes que, em regime de mutirão com a comunidade, edificou e inaugurou

a igreja de vertente católica em dezembro de 2002. Aliado a extinção do único terreiro de culto afro-brasileiro na comunidade, tem crescido o número de templos religiosos de orientação evangélica e neopentecostal na comunidade. Tais fatores interferem na manutenção da religiosidade e das crenças tradicionais, sobretudo por conta das restrições à realização de festas, em que tradicionalmente havia música e bebida, importantes elementos de agremiação comunitária, o que para moradores mais antigos significa a perda de parte importante de sua história e tradição.

Em síntese, a interpretação das dimensões colocadas para avaliar a afirmação da identidade étnica e continuidade do modo de vida rural no quilombo de Cordoaria, tanto aquelas configuradas como positivas como as negativas, demonstram as interações do rural quilombola com o urbano metropolitano verificadas no cotidiano da comunidade, resultantes da afirmação de uma ruralidade que absorve alterações da modernidade. Assim, o futuro da comunidade é de resistência às adversidades, na busca de manter seu modo de vida, em resiliência. Nesse sentido, é marcante a carência de iniciativas que promovam, verdadeiramente, o desenvolvimento rural para essa comunidade, na perspectiva da redução das assimetrias entre o rural e o urbano sob a perspectiva da comunidade tradicional.

Considerações finais

A comunidade quilombola de Cordoaria encontra-se marcada por tensões oriundas da modernidade típica da sociedade capitalista urbano-industrial na qual está inserida. Os mecanismos e processos do urbano metropolitano, presentes na Região Metropolitana de Salvador, influenciam a comunidade de Cordoaria e modificam seu funcionamento, atribuindo-lhe a condição de ruralidade metropolitana. Nesse processo, o rural encontra-se subalternizado e invisibilizado pelo urbano metropolitano. Assim, os moradores tradicionais da Cordoaria têm seu cotidiano alterado pela atração que esse moderno metropolitano exerce sobre significativa parcela da população, especialmente os mais jovens da comunidade.

A carência da infraestrutura em serviços básicos de saúde, educação, comunicação, transporte, emprego e renda, tem direcionado parte da população a migrar ou modificar suas formas de trabalho para atividades não-rurais. Atrelado a isso, o

estabelecimento de templos religiosos evangélicos e neopentecostais na comunidade tem contribuído para a modificação da cultura e crenças afrodescendentes herdadas dos antepassados quilombolas. Desse modo, apesar da ação conjunta de entidades representativas (Associação de Moradores e GAAQC), na luta pelo reconhecimento de ancestralidade e do acesso a direitos básicos e titularidade das terras, os quilombolas de Cordoaria seguem, nesse início de século XXI, entre aproximações e distanciamentos na construção da continuidade de sua identidade rural e quilombola que, sob a dinâmica da economia metropolitana, se reelaboram absorvendo alterações.

De qualquer modo, há um elevado potencial de conservação socioambiental revelado por meio da pluriatividade dos seus sujeitos sociais. Assim, recomenda-se aos sujeitos da pesquisa e órgãos promotores das políticas públicas o reconhecimento desse potencial da comunidade, quanto ao domínio de saberes ancestrais de manejo dos recursos naturais, para a busca e garantia de subsídios essenciais à continuidade das tradições locais, com perspectivas de melhorias nas condições de vida do grupo social. Assim, prevalece a ideia de valorizar os fortes graus de intimidade que esses sujeitos sociais ainda mantêm com o meio rural, no sentido de guardarem e resgatarem, por meio da resistência, suas tradições quilombolas. É preciso garantir ao grupo a continuidade das atividades ligadas aos fazeres e viveres ancestrais do trabalho na roça e das formas de sociabilidade que envolvem as tradições quilombolas, em seus ritos, mitos e crenças.

Na Cordoaria, as atividades de cultivo e beneficiamento da mandioca, associadas ao modo de produzir alimentos à base da goma de mandioca (beijus e pamonhas), na casa de farinha comunitária, uma tradição do quilombo que envolve boa parcela das mulheres dessa comunidade, geralmente acompanhada por ritos e costumes peculiares, como as cantigas e o samba-de-roda, constituem-se em fortes atributos da tradição local. Tais aspectos são significativos e conformam uma cultura forjada na ancestralidade rural e quilombola. A paisagem da Cordoaria é uma rica fonte de bens ecológicos da Mata Atlântica, cujas dimensões culturais permitem conhecer a história do quilombo e desfrutar do contato direto com a natureza. Em aspectos socioprodutivos, a Comunidade de Cordoaria apresenta potencial para a implantação de projetos de desenvolvimento local ligados ao Turismo de Base Comunitária e Turismo Gastronômico, bem como de Educação Ambiental.

Mediante tais considerações, conclui-se que a Cordoaria vive um momento, no qual é preciso fortalecer a luta, pois, na sua dinâmica de ruralidade metropolitana, as tensões econômicas, políticas, sociais e culturais estão marcadamente presentes no cotidiano de seus moradores. O pertencimento a uma mesma grande unidade familiar com ascendência restrita de indivíduos, cujos liames são tecidos pela apropriação da terra-território e pelo conhecimento profundo da natureza, é fator comum às comunidades tradicionais, ao lado da luta pela terra, especialmente em remanescentes quilombolas. Ainda assim, no caso do Quilombo de Cordoaria, existe a necessidade constante de resgate dessa história e memória local. É preciso encontrar os mecanismos de resgate e garantia de direitos, ou seja, encontrar, nas intersubjetividades e por meio da identidade como sujeitos construtores da sua história e da sua memória, os dínamos materiais e imateriais para o combate ao desaparecimento das suas vivências rurais, de ancestralidade quilombola, construindo resiliência sociohistóricas.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Cristina Maria Macedo de. Tensões entre pesca turismo e exploração de gás reconfigurando ruralidade na ilha de Boipeba – BA. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n.23, p. 149-166, jan./jun. 2011. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/19578>>. Acesso em: 18. out. 2018.
- ALENCAR, Cristina Maria Macedo de. Ruralidade metropolitana na dinâmica territorial local. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 11, n. 1, p. 23-32, jan./jun. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/inter/v11n1/a03v11n1>>. Acesso em: 18.out. 2018.
- ALENCAR, Cristina Maria Macedo de. Indicador Qualitativo de Ruralidade Metropolitana. **REDES**, Santa Cruz do Sul, v. 12, n. 2, p. 109-126 mai./ago. 2007. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/262>>. Acesso em: 18. out.2018.
- ALENCAR, Cristina Maria Macedo de. Ruralidade: ponto em comum para reexaminar o ordenamento metropolitano de Salvador. **Veritati: Revista da UCSal**, v.2, n.3, p. 9-23, jan.2003. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Cristina_Alencar/publication/306291846_Ruralidade_ponto_em_comum_para_reexaminar_o_ordenamento_metropolitano_de_Salvador/links/57b714af08aec9984ff29c52.pdf>. Acesso em: 18. out. 2018.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto; terras tradicionalmente ocupadas**. 2.ed. Manaus: PGSCA–UFAM, 2008.

BORGES, Kátia Nogueira. **Estudos Etnoecológicos na Região Metropolitana de Salvador, Bahia: comunidade tradicional e sustentabilidade**. Salvador: UNEB, 2005.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória**; Ensaios de Psicologia Social. 2. ed. São Paulo: Ateliê, 2004.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. 2. ed. São Paulo: T.A. Queiroz; Edusp, 1987.

BRAGA Gustavo Bastos; FIÚZA Ana Louise Carvalho; REMOALDO Paula Cristina Almeida. O conceito de modo de vida: entre traduções, definições e discussões. **Sociologias**, Porto Alegre, v.19, n.45, p. 370-396, mai./ago.2017. <Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/15174522-019004521>>. Acesso em: 23. Mai. 2020.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. 3.ed. São Paulo: Hucitec/NUPAUB, USP, 2000.

MALCHER, Maria Albenize Farias. **Territorialidade quilombola no Pará: um estudo da comunidade São Judas, município de Bujaru e da comunidade do Cravo, município de Concórdia do Pará**. 2011. 132f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011. Disponível em:

<<http://ppgeo.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/dissertacoes/2009/Maria%20Albenize%20Farias%20Malcher.pdf>>. Acesso em: 26. nov. 2019.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista USP**, São Paulo, 2006. n.68, p.46-57, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13482>>. Acesso em: 12. nov. 2019.

MUNANGA, Kabengele. Diversidade, etnicidade e Cidadania. **Movimento: Revista de Educação**, n.12, 2005. Disponível em: <<http://www.periodicos.uff.br/revistamovimento/article/view/32511>>. Acesso em: 13. Nov. 2019.

MUNANGA, Kabengele. Identidade, Cidadania e Democracia: algumas reflexões sobre os discursos anti-racistas no Brasil. **Resgate**, Revista Interdisciplinar de Cultura, v.5, n.1, p.17-24, 1996. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8645505>>. Acesso em: 12. nov. 2019.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1991.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Identidade cultural, identidade nacional no Brasil. **Tempo Social**; Rev. Social. USP, v.1, n.1, p.29-46, jan./jun.1989. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/83318/86344>>. Acesso em: 19. dez. 2009.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: VON SIMSON, Olga de Moraes (Org.). **Experimentos com história de vida**. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1988. p.14-43.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SAQUET, Marcos Aurélio. As Diferentes Abordagens do Território e a Apreensão do movimento e da (I)Materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v.22. n.43, p.55-76, jan./jun.2007. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12646>>. Acesso em: 03. mar. 2019.

SCHÖRNER, Ancelmo. Entre a cana, o Eucalyptus e a soja: razão histórica de povos e comunidades tradicionais brasileiros. In: SCHÖRNER, Ancelmo. (Org.). **Territórios em conflito: quilombolas, indígenas, faxinalenses, geraizeiros e atingidos por barragens – história, cultura e resistência**. São Paulo: Todas as Musas, 2018. p.7-22.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli, CARVALHO, Maria Celina Pereira de. **Ambiente & Sociedade**, v.5, n.10, p.1-8, jan/jun.2002. <<http://www.scielo.br/pdf/asoc/v5n10/16889.pdf>>. Acesso em: 11. nov. 2019.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Imagens Orbitais Ikonos e GeoEye**. Salvador: SEI, 2010.

SILVA, Simone Rezende da. Comunidades Quilombolas e a Mata Atlântica. **Mercator**, Fortaleza, v.12, n.29, p.105-120, set./dez.2013. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/715>>. Acesso em: 21. abr. 2018.

SILVA, Simone Rezende da. A Importância da memória no processo de reinvenção da identidade e territorialidade quilombola. **Revista Geográfica de América Central**, v.2, p. 1-13, jul./dez.2011. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=451744820254>>. Acesso em: 28. nov. 2019.

SILVA, Valdélis Santos. Rio das Rãs: a luz da noção de quilombo. **Afro-Ásia**, n.23, s.p., 2000. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/viewFile/20987/13588>>. Acesso em: 29. mar. 2018.

SUZUKI, Júlio César. Por outro desenvolvimento territorial e ambiental em sociedades tradicionais do estado de São Paulo. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína (TO), v.6, n.10, mai./ago.2017. Disponível em:

<<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia/article/view/3699>>. Acesso em: 05. ago. 2018.

SUZUKI, Júlio César; MARTINS, Marcos Henrique. Jovens quilombolas e a mobilidade do trabalho nas comunidades da Poça e do Mandira, no Vale do Ribeira de Iguape – São Paulo. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais**, Recife, v.4, n.1, 2015. Disponível em:

<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistamseu/article/view/229869>>. Acesso em: 05.ago.2018.

SUZUKI, Júlio César. Território, modo de vida e patrimônio cultural em sociedades tradicionais brasileiras. **Revista Espaço e Geografia**, v.16, n.2, p.627-640, 2013. Disponível em:

<<http://www.lsie.unb.br/espacoegeografia/index.php/espacoegeografia/article/view/272>>. Acesso em: 05.ago.2018.

Recebido em 09/09/2019.

Aceito para publicação em 12/05/2020.